

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.783 - PE (2019/0245742-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : JURANDIR PIRES GALDINO & CIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**SUSCITANTE** : JPEX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380  
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067  
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000  
TACIANA DE ALMEIDA BONFIM - PE034805  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA  
**INTERES.** : UILZA ALVES DE ARAUJO  
**ADVOGADOS** : ELEILZA SANTOS SOUZA - BA020387  
BIANCA ANDRADE DE ARAUJO - BA041099

**DECISÃO**

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, no qual são suscitantes as empresas JURANDIR PIRES GALDINO & CIA LTDA. e JPEX COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE e o JUÍZO DA 17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA.

As suscitantes informam que ajuizaram pedido de recuperação na Justiça comum do Estado de Pernambuco, deferido em 11/1/2019.

Aduzem que (e-STJ fls. 5/6):

(...) paralelamente ao feito acima mencionado, Sra. Solange Almeida Melo ajuizou a Reclamação Trabalhista tombada sob o n. 0000528-78.2018.5.05.0021, na busca de exigir o crédito de R\$ 19.209,52 [dezenove mil, duzentos e nove reais e cinquenta e dois centavos] da primeira Suscitante, decorrentes do período de trabalho naquela empresa, que se deu entre 05/03/2015 até 08/02/2018, nos termos da petição inicial da referida ação trabalhista [DOC. 04], o qual distribuída perante o Juízo Suscitado da 21ª Vara do Trabalho De Salvador/BA, e tombada sob o nº 0000528-78.2018.5.05.0021.

Ocorre que, após ajuizamento da ação pelo Reclamante, houve bloqueio nas contas da Primeira Suscitante, da soma de R\$ 829,90 (oitocentos e vinte e nove reais e noventa centavos), cuja ordem adveio do Juízo Suscitado, como não deixa olvidar o extrato em anexo [DOC. 05].

Logo, verifica-se que tal determinação fere a competência do Juízo Universal para decidir sobre o patrimônio das empresas Suscitantes, haja vista que o Juízo Suscitado da 21ª Vara do Trabalho de Salvador/PE não possui competência para tomar decisões que afetem o patrimônio de empresa em recuperação judicial.

Discorrem sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de o Juízo trabalhista dispor do patrimônio de empresa recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postulam liminarmente a suspensão dos atos de constrição proferidos na

# *Superior Tribunal de Justiça*

Reclamação trabalhista n. 0000287-19.2018.5.05.0017. No mérito, pedem o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar deferida às fls. 182/184 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 187/207 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal, nos seguintes termos (e-STJ fl. 212):

- Conflito positivo de competência.
- O MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Salvador/BA reconheceu a competência do juízo universal da recuperação judicial no presente caso.
- Parecer pelo não conhecimento do presente conflito de competência.

É o relatório.

Decido.

Informou o JUÍZO DA 17ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA determinou a expedição de certidão de habilitação de crédito em favor do exequente, reconhecendo que a competência para a prática de atos expropriatórios cabe ao juízo universal (e-STJ fl. 200).

Diante da informação prestada, não há falar em conflito.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do conflito de competência e CASSO a liminar deferida às fls. 182/184 (e-STJ).

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator